

Política de Redução da Demanda por Drogas

Atualizado em abril de 2021

A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) é o órgão do Governo Federal responsável pela formulação e implementação das políticas públicas voltadas à redução da demanda por drogas no Brasil, compreendendo ações de prevenção, cuidados e reinserção social, projeto prioritário no âmbito do Plano Estratégico do Ministério da Cidadania.

Aprovada no dia 11 de abril de 2019, por meio da assinatura do Decreto nº 9.761, a nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD) completou dois anos de existência. Para celebrar a data, o Ministério da Cidadania promoveu uma solenidade que contou com autoridades e especialistas da área que debateram as conquistas e os desafios dessa política pública.

No contexto da redução da demanda por drogas, a nova PNAD é baseada na abstinência dos usuários e dependentes químicos, não sendo mais sedimentada na redução de danos. Por meio dela, é previsto também o fortalecimento das comunidades terapêuticas, que recebem incentivo social e financeiro por parte do Governo Federal. O acolhimento de dependentes químicos, prestado pelas Comunidades Terapêuticas, é reconhecido como serviço essencial pelo [Decreto Presidencial nº 10.282, de 20 de março de 2020](#), cuja atividade é indispensável ao atendimento das necessidades inadiáveis e que se não atendido coloca em perigo a

Sobrevivência, a saúde ou a segurança do cidadão em estado de vulnerabilidade.

Entregas para a sociedade e **valor público** gerado relacionados a **prevenção, cuidado e reinserção social** de pessoas com dependência química e apoio a seus familiares, que são atividades do eixo Redução da Demanda por Drogas da Nova Política Nacional

No PPA 2020-2023, o Programa 5032 abriga todas as atividades relacionadas a SENAPRED e impõe para os gestores, de modo geral, constante aprimoramento na eficiência e eficácia da Política de Redução da Demanda de Drogas, como aumentar o número de vagas para tratamento de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas bem como aumentar, consideravelmente, o número de pessoas conscientizadas por essa temática todos os anos.

Concomitantemente, para 2021 e 2022, no âmbito do Plano de Ação do planejamento estratégico do Ministério da Cidadania, a SENAPRED tem 4 metas para a sua área de atuação:

Meta 1: Aumentar em 5% ao ano a taxa média de ocupação em Comunidades Terapêuticas

Meta 2: Aumentar em 50% ao ano o número de Comunidades Terapêuticas fiscalizadas

Meta 3: Aumentar em 20% o número de vagas disponíveis em Comunidades Terapêuticas (contratadas do Edital nº 17/2019)

Meta 4: Capacitar, em 2021, 5.000 pessoas

Ações de Cuidados

As ações de cuidados estão associadas diretamente com o acolhimento de dependentes químicos no âmbito das Comunidades Terapêuticas.

O instrumento normativo que rege a contratação das Comunidades Terapêuticas atualmente é o [Edital Público 01/2018](#). É por esse instrumento que são credenciadas as entidades que promovem o serviço de acolhimento, bem como se estabelecem regras de monitoramento, acompanhamento, fiscalização e comunicação.

Em 2018, eram apenas 2.900 vagas financiadas pelo Governo Federal, passando para 10.680 vagas ao final de 2020, que segundo levantamento periódico pelo SISCT – Sistema de Comunidades Terapêuticas, representou

o acolhimento de 27.000 dependentes químicos, com investimentos superiores a R\$ 130 milhões, naquele ano.

Em fevereiro de 2021, objetivando a ampliação de vagas, a SENAPRED publicou o [resultado do Edital 17/2019](#). 528 instituições foram credenciadas e tiveram as propostas aprovadas pela Comissão Especial de Avaliação de Seleção. Entre as habilitadas, a maior parte (444) são destinadas ao atendimento do público masculino, totalizando a abertura de 12.434 novas vagas. Outras 44 Comunidades Terapêuticas irão atender o público feminino (1.421 vagas), enquanto 40 instituições são voltadas ao acolhimento de mães nutrizes dependentes químicas que ainda estão amamentando (128 vagas).

Buscando aprimorar os instrumentos de transparência, monitoramento e fiscalização, especialmente ao cumprimento da prestação de serviços de acolhimento, o Ministério da Cidadania publicou a [Portaria nº 625, de 6 de abril de 2021](#), que institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas, por meio de videoconferências. Trata-se de uma forma moderna e inovadora de fiscalizar essas entidades e uma modalidade de fiscalização recomendada por parte dos Órgãos de Controle.

Considerando que a fiscalização presencial está suspensa por restrições em razão da pandemia da COVID-19, a implementação da fiscalização remota começou a ser praticada em maio de 2021 e está estruturada em três etapas: a) chamada dos acolhidos que ocupam as vagas financiadas pelo

Ministério da Cidadania; b) entrevista reservada, e sem gravação, de no mínimo três acolhidos; e c) vistoria nas instalações físicas da entidade.

Importante registrar que o Ministério da Cidadania tem buscado firmar Termos de Cooperação Técnica com estados e municípios para o fortalecimento da fiscalização dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas contratadas pela SENAPRED. Até o presente momento, foram firmadas parcerias com o governo de Minas Gerais e com o governo do Distrito Federal. Outros estados estão finalizando os termos dos seus acordos e além da colaboração no monitoramento e fiscalização, essas parcerias visam ampliar ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas e promover a reinserção social dos acolhidos nas Comunidades Terapêuticas com foco em emprego e renda.

Ações de Prevenção e Reinserção Social

As ações de prevenção estão associadas com todas as atividades de conscientização sobre os malefícios do álcool e outras drogas. Esse eixo compreende: cursos, capacitações, seminários, eventos presenciais e online, campanhas, pesquisas, estudos científicos, material de divulgação, apoio aos chamados Grupos de Mútua Ajuda e tudo relacionado ao campo informacional.

Assim, visando levar mais conhecimento e informação sobre os malefícios do consumo do álcool e outras drogas, a SENAPRED disponibilizou 4 novas cartilhas em seu [acervo bibliográfico](#):

- ["Conhecendo os efeitos do uso de drogas na gestação e as consequências para os bebês"](#): cartilha aborda as consequências do consumo de bebidas alcoólicas, do tabaco, da maconha, da cocaína e do crack para a mãe e para o desenvolvimento do bebê. Ela será utilizada na capacitação de visitantes e supervisores do Programa Criança Feliz e pelo público em geral;

- ["Parar de Fumar, um Guia de Autoajuda"](#): cartilha que demonstra o impacto do uso do tabaco na saúde e na vida das pessoas que fumam, tanto no seu entorno quanto na sociedade e na saúde pública;

- ["Estratégias para o Gerenciamento de casos complexos de dependência química"](#): cartilha contextualiza o gerenciamento de caso complexos, em que é possível aumentar o alcance e a efetividade do tratamento, além de promover maior grau de saúde e qualidade de vida à pessoa em recuperação e a seus familiares;

- ["Argumentos contra a legalização da maconha"](#): cartilha qualifica o debate acerca da legalização da maconha com base em dados científicos.

Iniciadas ao final de 2019, a SENAPRED tem em curso duas importantes pesquisas em âmbito nacional e cujos resultados serão conhecidos em 2021 e 2022:

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): pesquisa para verificação do perfil de uso de drogas através da análise do esgoto nos municípios de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Carlos (SP), Campinas (SP), Natal (RN), além do Distrito Federal; e

- Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP: que realiza o III LENAD - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas e I Levantamento de Cenas de uso em Capitais (LECUCA), com vistas à apuração do real e atual panorama do consumo de drogas no país, além de inédita investigação acerca dos aspectos do consumo em cenas abertas, mais conhecidas como cracolândias.

A SENAPRED tem promovido várias parcerias com entidades nacionais e internacionais para a realização de cursos e capacitações. Em abril lançou o curso “Política Nacional Sobre Drogas: O Que Os Gestores Estaduais e Municipais Devem Saber”, que contou com 3.474 inscrições por todo o Brasil. Está previsto para agosto a “Capacitação para Gestores Municipais e Profissionais dos 5 municípios do Projeto Em Frente Brasil” com um público previsto de 300 pessoas. Estes dois cursos serão aplicados na modalidade à Distância pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, resultado de uma parceria feita em 2019 no valor global de R\$ 300 mil.

Também estão previstos para 2021 cursos financiados pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Curso sobre Recuperação (5.000 alunos), Curso sobre Tratamento de Dependentes Químicos no Ambiente Hospitalar e Clínicas Especializadas (5.000 profissionais) e Curso sobre Prevenção ao Uso de Drogas (10.000 alunos).

Objetivando fortalecer laços com novos parceiros em seus projetos e ações, a SENAPRED formalizou em 2020 e manterá em 2021 parcerias com Denatran – Departamento Nacional de Trânsito, Confederação Nacional dos Municípios - CNM, Instituto de Juristas Cristãos e PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas para ações conjuntas na prevenção às drogas.

Por fim, em abril de 2021, foi lançado o Projeto Cuidar, iniciativa que une o Ministério da Cidadania e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com o objetivo de conscientizar povos tradicionais e comunidades indígenas sobre os efeitos do uso de álcool e outras drogas.

Mais informações sobre o cuidado e prevenção às drogas estão disponíveis em transparência ativa no [portal do Ministério da Cidadania](#).